



A.C.M.P Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá
Fundada 29/09/1989 – Sede Provisória CNPJ: 09.393.462/0001-90
Av. João Castelo, nº765 Piquiá, Açailândia – MA

Primeiro Concurso Regional de Alternativas para Moradia Popular

NOME DA ORGANIZAÇÃO: Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá (ACMP)

TÍTULO DA EXPERIÊNCIA: Reassentamento de Piquiá de Baixo: uma comunidade reconstrói sua vida

RESUMO: Piquiá de Baixo é um povoado de mais de 300 famílias no estado pré-amazônico do Maranhão (Brasil). Essa comunidade sofre há 25 anos gravíssimos impactos do ciclo minero-siderúrgico ao longo do corredor de Carajás. Uma longa luta, fundada na organização popular e na pressão sobre instituições públicas e empresas, está permitindo a realização de um sonho: o reassentamento da comunidade e um projeto inovador de moradia popular.

DATA DE REALIZAÇÃO: desde 2007 até o dia de hoje (projeto ainda em fase de realização)

DESCRIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO: a ACMP é uma associação de moradores, regularmente cadastrada a nível estadual e municipal, organizada e mobilizada na defesa do direito à moradia adequada, à saúde e à vida dos habitantes do distrito industrial de Piquiá de Baixo, no Município de Açailândia (Maranhão, Brasil).

ENDEREÇO: Avenida João Castelo, 765 - Piquiá de Baixo – Açailândia – MA - Brasil

TELEFONES/FAX/ CORREIO ELETRÔNICO/WEBSITE

Edvard Dantas Cardeal (presidente ACMP): Cel. 0055-99-9161.4456

Missionários Combonianos: Tel. Residencial 0055-99-3535.5439

Missionários Combonianos (irmão Antônio): Cel. 0055-99-9184.5703

E mail: piquiadebaixo@gmail.com

E mail Irmão Antônio: hno_antonio@yahoo.it

Site: <http://piquiadebaixo.justicanostrilhos.org>

PESSOAS DE CONTATO: Edvard Dantas Cardeal, irmão Antônio Soffientini

ANO DE FUNDAÇÃO E DATA LEGAL DE CONSTITUIÇÃO: 07/07/1989

ATORES DA AÇÃO: Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá, rede Justiça nos Trilhos, Missionários Combonianos do Brasil, Paróquia Santa Luzia de Açailândia, Assessoria Técnica Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado.

BENEFICIÁRIOS DA AÇÃO: 312 famílias moradoras do Piquiá de Baixo (aproximadamente 1100 pessoas)



A.C.M.P Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá
Fundada 29/09/1989 – Sede Provisória CNPJ: 09.393.462/0001-90
Av. João Castelo, nº765 Piquiá, Açailândia – MA

CONTEXTO

No bairro Piquiá de Baixo moram atualmente **mais de 300 famílias** (cerca de 1.100 pessoas), **cercadas por 5 indústrias siderúrgicas e pelas infraestruturas de escoamento de minério de ferro da companhia mineradora Vale S.A.**

O povoado existe desde os anos '70, sendo um dos primeiros do município de Açailândia (Maranhão). As indústrias chegaram posteriormente, na segunda metade da década de '80. Há pelo menos sete anos, a Associação de Moradores de Piquiá de Baixo tem encaminhado denúncias a distintos órgãos a respeito da gravidade da situação em decorrência dos **altos índices de poluição**. As indústrias emitem continuamente particulado tóxico e poluente oriundo do processo de transformação do minério de ferro em ferro gusa (*pig iron*), sem utilizar filtros de abatimento de particulado sólido. Poluem também as águas e o solo na inteira região de Piquiá. Os moradores realizaram diversas manifestações públicas, tentando chamar a atenção das instituições municipais, estaduais, federais e internacionais sobre a gravidade da violação de direitos humanos existente no bairro.

Laudos técnicos realizados por profissionais idôneos já atestaram a inviabilidade da convivência entre as indústrias e assentamentos humanos naquela localidade. Uma sentença de dezembro de 2013 condenou em primeira instância uma das 5 siderúrgicas pelos danos morais e matérias provocados contra 21 famílias que a denunciaram.

Há alguns anos a associação de moradores realizou uma consulta com todos os moradores, que em sua quase totalidade optaram por **lutar por seu reassentamento coletivo em uma nova localidade, livre da contaminação**.

Já se constatou que os índices de doenças de pele, respiratórias e de visão no povoado são muito superiores aos da média nacional. Problemas de câncer e outras doenças crônicas são recorrentes. Houve também morte ou lesões de crianças a contato com a escória incandescente. Uma [missão internacional](#) da Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH) em 2011 e uma [relatoria nacional](#) da plataforma DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) documentam amplamente tudo isso. Ao longo dos anos, muitos atores aliaram-se à comunidade em suas reivindicações: a rede Justiça nos Trilhos, os Missionários Combonianos do Brasil, a Paróquia Santa Luzia de Açailândia, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia, o Ministério Público Estadual do Maranhão, a Defensoria Pública Estadual do Maranhão, a ONG Justiça Global do Rio de Janeiro, a FIDH, a plataforma DHESCA. A própria Aliança Internacional dos Habitantes (IAI) está apoiando o projeto de reassentamento lançando em parceria com a Associação Comunitária dos Moradores a [Campanha internacional “Piquiá quer viver”](#).

No processo de definição do projeto urbanístico-habitacional do reassentamento, foi selecionada a assessoria técnica USINA-CTAH, de São Paulo.

EXPERIÊNCIA

- **Descreva as atividades realizadas.**

O processo de reassentamento de Piquiá de Baixo deve-se a uma série de **atividades de formação, luta, protesto, manifestação e pressão sobre instituições públicas e empresas a fim de garantir o direito à moradia digna**. Destacam-se em particular:



A.C.M.P Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá
Fundada 29/09/1989 – Sede Provisória CNPJ: 09.393.462/0001-90
Av. João Castelo, nº765 Piquiá, Açailândia – MA

continuas reuniões da diretoria da associação; manifestações da comunidade inteira à porta do Fórum de Açailândia (em 2008 e 2013); o acompanhamento da sentença definitiva de desapropriação do terreno para o reassentamento, com participação de uma delegação da comunidade em sessão do Tribunal de Justiça de São Luis em 2012; protestos populares com bloqueio da rodovia federal BR 222 (2011 e 2013); a ocupação da Prefeitura Municipal de Açailândia (2013); várias audiências públicas na Câmara dos Vereadores de Açailândia; visitas nacionais e internacionais de ONG e instituições de defesa dos direitos humanos; intercâmbios com comunidades impactadas por problemas similares ligados ao ciclo de mineração e siderurgia (comunidades de Moçambique e Canadá em 2011; comunidade de Taranto-Itália em 2012 e 2013; comunidade S. Cruz de Rio de Janeiro em 2013); contínuas reuniões com Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias de Estado e Ministério das Cidades; inúmeras assembleias públicas convocadas pela ACMP, que contaram sempre com a participação de boa parte dos moradores do bairro.

A luta popular garantiu a conquista do terreno para o reassentamento e o financiamento de uma assessoria técnica competente e militante, que iniciou um processo participativo de projeção urbanística e arquitetônica do novo bairro.

A seguir, apresentamos as principais atividades do mutirão de planejamento do novo Piquiá.

1ª atividade: Qual é o bairro que desejamos?

Data: 3 de novembro de 2012. Presença: cerca de 160 famílias, divididas em 4 grupos.

As primeiras atividades concentraram-se no desenvolvimento das discussões acerca do projeto urbano do novo bairro, e foram divididas em duas etapas:

a) Construindo um repertório comum: discussão com as famílias a partir de referências de projetos urbanos, tanto de experiências brasileiras quanto internacionais. As famílias foram divididas em quatro grupos, e em cada um deles havia um mediador/provocador da Usina que distribuía cerca de 20 fotografias impressas e solicitava aos participantes que apontassem aspectos positivos e negativos de cada imagem.

A dinâmica teve como objetivo extrair impressões de cada grupo sobre as distintas situações presentes em cada projeto, a fim de formar um repertório comum de ideias e possibilidades que melhor se aproximassem da cultura, dos anseios e das necessidades locais daquela população.

b) Reconhecendo o terreno e imaginando o novo bairro: Neste segundo momento, os grupos apontaram quais equipamentos coletivos seriam necessários no bairro novo, bem como sua melhor localização. Para tanto, foram utilizadas duas plantas do terreno e uma foto aérea. Uma das plantas e a foto aérea são apresentadas na mesma escala (1:1000) de forma a propiciar a adequada apreensão do sítio; a planta com a topografia, elemento de grande abstração, poderia assim ser comparada à foto aérea, que traz os elementos concretos do local: sua ligação com o bairro vizinho, a localização das massas de árvores e da rodovia, etc.

Após a familiarização com o terreno, os participantes fizeram suas considerações sobre os equipamentos urbanos e serviços que deveriam ser contemplados no futuro bairro. Além da reposição dos equipamentos que eles já possuíam no bairro antigo, como a Associação de Moradores e o Clube de Mães, foram também estimulados a pensar quais equipamentos e serviços eram necessários, mas que ainda não existiam no atual bairro.



A.C.M.P Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá
Fundada 29/09/1989 – Sede Provisória CNPJ: 09.393.462/0001-90
Av. João Castelo, nº765 Piquiá, Açailândia – MA

O passo seguinte foi localizar no terreno cada um dos equipamentos urbanos elencados, construindo as relações que cada um, devido as suas características, deveria manter com os espaços destinados as casas, segundo o desejo dos moradores. Para tanto, utilizou-se uma planta do terreno com as curvas de nível, sobre a qual os participantes distribuíram papéis coloridos que representavam os equipamentos, e sobre a qual também esboçaram um arruamento.

2ª atividade: Os espaços da moradia

Data: 4 de novembro de 2012. Presença: cerca de 160 famílias, divididas em 4 grupos

As atividades do segundo dia foram relacionadas aos espaços da moradia propriamente dita, e foram divididas em duas etapas:

a) Os espaços da moradia e as relações sociais: Um primeiro momento desta etapa consistiu em dividir cada grupo novamente em quatro: homens (adultos entre 25 e 50 anos), mulheres (adultas entre 25 e 50 anos), jovens (abaixo de 25 anos) e idosos (homens e mulheres com mais de 50 anos). A ideia era discutir cada ambiente da casa segundo a percepção e as necessidades desses sub-grupos. Como aporte para estas discussões, foram distribuídas ilustrações esquemáticas dos vários ambientes de uma casa. Posteriormente, retornando ao grupo inicial, realizou-se uma nova discussão, onde emergiam e muitas vezes se contrapunham as diferentes percepções. Desta forma, esta dinâmica teve como objetivo trabalhar as relações sociais no espaço da moradia, enfatizando as diferenças de gênero e idade, sempre destacando a assimetria de poder existente na sociedade, com a freqüente posição dominante dos homens adultos.

Exemplos de imagens-cartões que colaboraram para provocar a discussão

b) Construindo a planta da casa: Nesta etapa, sobre a percepção produzida no debate da etapa anterior, passou-se a trabalhar os espaços internos das futuras habitações. Para isso, utilizou-se um conjunto de desenhos de móveis impressos (em escala 1:10) recortados e colados folhas de imã, e uma base metálica, facilitando a manipulação desse objetos para que o participantes pudessem explorar as diversas possibilidades de layout. Assim, trabalhou-se intuitivamente a partir do mobiliário (antes das paredes) a formulação das espacialidades das casas, a partir dos desejos e necessidades cotidianas. Foram montadas várias alternativas de plantas em cada grupo, estas foram registradas pelos arquitetos que posteriormente buscaram apreender e sistematizar as relações espaciais predominantes que surgiam, de forma a orientar a elaboração dos projetos das casas.

3ª atividade: Devolutiva dos tipos de casas

Data: 1º de dezembro de 2012. Presença: cerca de 120 famílias

Este momento consistiu-se da apreciação pelos moradores da proposta inicial dos projetos elaborados pela assessoria técnica. No primeiro dia de discussão, apresentamos os resultados do trabalho para as tipologias habitacionais: três diferentes modelos de casas, todas com aproximadamente 65m².

Em seguida, os moradores se dividiram em 3 grupos para discutir e indicar pontos positivos e



A.C.M.P Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá
Fundada 29/09/1989 – Sede Provisória CNPJ: 09.393.462/0001-90
Av. João Castelo, nº765 Piquiá, Açailândia – MA

negativos de cada proposta. Para tanto, utilizou-se perspectivas ilustrativas e plantas grandes (impressas em escala 1:20) e blocos impressos de mobiliário (sofás, geladeira, camas, armários, mesas etc.), e em cada grupo os moradores puderam ensaiar a disposição do mobiliário de cada tipologia.

A partir dessa atividade, de acordo com os apontamentos feitos, a assessoria técnica pode revisar as propostas de projeto.

4ª atividade: Agrupamento das casas e localização dos equipamentos

Data: 2 de dezembro de 2012. Presença: cerca de 120 famílias.

Esta atividade foi dividida em dois momentos, descritos abaixo.

a) O bairro e o agrupamento das casas: foi feita a divisão dos moradores em 4 grupos, com a finalidade de discutir a proposta de organização espacial dos lotes no bairro.

O objetivo da atividade foi, antes de tudo, destacar a diferença do arranjo proposto em relação ao tradicional arranjo de lotes “fundo com fundo”, e as possibilidades de uso e compartilhamento que este outro formato implica. O projeto aponta para outra lógica urbana, que prioriza o convívio e o sentido comunitário, ao invés do isolamento dos lotes com muros ou cercas e a obediência à lógica do automóvel.

Assim, a atividade desenvolveu-se em torno de uma mesa, com todos os integrantes do grupo sentados ao redor de uma planta das “quadras”, com os seus 26 lotes, praça local e as ruas do entorno. Os moradores receberam também “blocos” impressos de árvores e dos três modelos de casas, e foram dispostos nos lotes, com a mediação dos integrantes da assessoria técnica. Receberam também papéis e tesouras para recortar outros elementos que aparecessem como necessários.

b) Discussão dos equipamentos e urbanização: A atividade seguinte foi sobre a proposta geral de urbanização do bairro. Primeiramente, retomamos os pontos colocados pelos próprios moradores em novembro (equipamentos, serviços e outros itens que não poderiam faltar no novo bairro), e em seguida dividimos os presentes em 02 grupos para uma atividade de re-conhecimento do projeto em cima das maquetes físicas. Apresentamos aos moradores os elementos estruturantes do projeto urbano (relação com vizinhança, ruas e ciclovias, grandes praças reunindo os principais serviços e equipamentos, e a situação das quadras nesse arranjo mais geral) e fomos ao mesmo tempo questionados se o projeto atendia às expectativas e se estava coerente com as discussões e propostas feitas anteriormente, pelos próprios moradores.

Próximas etapas:

- aprovação do Projeto Urbanístico-Arquitetônico e do Projeto Técnico-Social pela Caixa Econômica Federal e seu consequente financiamento (previsão: abril de 2014);
- organização das equipes de trabalho (mutirão comunitário), de gestão financeira e de aquisição de materiais e contratação de mão de obra qualificada (período: de janeiro a abril de 2014);
- discussão comunitária a respeito das modalidades de uso e valorização dos espaços comuns do novo bairro (período: março-maio de 2014);



A.C.M.P Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá
Fundada 29/09/1989 – Sede Provisória CNPJ: 09.393.462/0001-90
Av. João Castelo, nº765 Piquiá, Açailândia – MA

- atuação da assistente social contratada pela Associação de Moradores no acompanhamento das famílias e na regularização detalhada de seus dados cadastrais (período: de janeiro a junho de 2014);
- começo da obra (terraplanagem, instalações, casas e equipamentos): a partir de agosto de 2014.

- **Descreva os resultados alcançados e os efeitos que estes resultados permitiram.**

A contratação da assessoria técnica Usina CTAH para a realização deste trabalho em conjunto com a comunidade já foi, em si, uma grande conquista, apenas possível devido à luta das famílias. Através do Ministério Público foram conquistados dois Termos de Ajustamento de Conduta, o primeiro regulando a desapropriação do terreno para o reassentamento do bairro e o segundo determinando que o Sindicato das Indústrias do Ferro Gusa (sindicato patronal das siderúrgicas) deveria pagar pela contratação de uma assessoria técnica de livre escolha da comunidade.

A partir das atividades de construção coletiva do novo bairro, através das metodologias de processo participativo, os resultados alcançados foram vários. A comunidade já foi capaz de dar visibilidade ao caso em diversas instâncias, tanto internacionais (o apoio da relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito à moradia adequada, Raquel Rolnik; a missão internacional da FIDH com a publicação do relatório, os intercâmbios internacionais entre comunidades impactadas em vários países do mundo e no Brasil. A comunidade está atualmente unida e organizada, ciente das conquistas obtidas e muito motivada para o alcance das metas seguintes.

- **Cite os desafios que a experiência teve que enfrentar.**

O grande desafio que esta experiência está enfrentando está relacionado à inexistência de políticas públicas específicas para os casos de reassentamento forçado, como é o caso da comunidade do Piquiá de Baixo. A construção no novo bairro está restrita às verbas disponibilizadas pelo programa habitacional “Minha Casa Minha Vida”, que apresenta valores insuficientes para construção das casas e da infraestrutura urbana e não prevê valores para indenização das casas e propriedades atuais.

Outras dificuldades a nível local são a falta de um adequado Plano Diretor e de um planejamento regional e urbano. Grande desafio são as “alianças” econômicas que se estabelecem entre os grandes empreendimentos e os poderes políticos. Isso dificulta a transparência, o acesso à informação e aos fundos de financiamento. Piquiá de Baixo é um caso emblemático de “racismo ambiental”, pelo qual se reforça a cultura de que “é preciso que alguns devam sofrer para o bem da maioria”.

- **Descreva a concepção, estratégia e metodologia utilizadas, enfatizando a participação dos moradores.**

(...) já não se pode afirmar que alguém liberta alguém, ou que alguém se liberta sozinho, mas



A.C.M.P Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá
Fundada 29/09/1989 – Sede Provisória CNPJ: 09.393.462/0001-90
Av. João Castelo, nº765 Piquiá, Açailândia – MA

*que os homens se libertam em comunhão.*¹

A experiência dos projetos habitacionais autogestionários, nos anos 1990, trouxe mudanças na prática e no pensamento sobre a arquitetura e a produção da cidade. Ela se opôs ao modelo hegemônico de produção de grandes conjuntos habitacionais, vindo do Banco Nacional de Habitação, para defender a participação popular na definição da qualidade do ambiente urbano projetado e construído para a classe trabalhadora. Para tanto, os mutirões autogeridos trouxeram uma nova metodologia projetual, baseada na ideia do projeto participativo. Considera-se que o desenho não pode mais se eximir de pensar sua relação com a construção: é ela que dá os parâmetros para as escolhas projetuais. Mais do que isso, o papel social do arquiteto está em discussão: com os mutirões, ele pode colocar os seus conhecimentos a serviço da população trabalhadora, de maneira formal. Sua prática, portanto, deve ser repensada a todo momento. Neste sentido, uma das maiores lições aprendidas pelos arquitetos foi a possibilidade do uso de seu conhecimento técnico na organização da população, buscando atuar de forma qualificada na produção de habitação e seus espaços a partir do diálogo e do entendimento das necessidades de cada comunidade. Como comenta Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido*: “Somente o diálogo, que implica num pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo”².

O desenho das casas, equipamentos e espaços coletivos foi realizado por meio de atividades participativas com os futuros moradores por meio de dinâmicas, desenhos, maquetes físicas e virtuais, além de discussões mais conceituais, sobre a função social da propriedade e a luta por reforma urbana, incentivando as famílias na percepção de que são, eles mesmos, sujeitos de seu pensar (FREIRE, 1977).

Um exemplo dos efeitos do processo de projeto coletivo é a importância dada ao tamanho da cozinha. Nos projetos participativos, o aumento de tamanho da cozinha nas habitações deve-se à importância atribuída enquanto lugar central da sociabilidade familiar – é o espaço onde todos se encontram, por vezes onde os amigos mais próximos são recebidos, as crianças estudam e a comida é preparada e servida. As unidades habitacionais desenhadas pelo poder público possuem cozinhas compactas que não permitem sequer seu uso funcional e muito menos enquanto espaço de convívio. Os processos de participação no projeto também garantem a existência de áreas de uso comum, como praças e centros comunitários, que a comunidade decide coletivamente.

O procedimento de participação no projeto inverte a lógica de produção convencional da arquitetura: se nesta o desenho é autoral e autônomo em relação ao canteiro de obras e aos desejos e necessidades da população, na arquitetura participativa esses fatores são considerados, pois são as mesmas pessoas que pensam e executam o projeto. Desta forma, as fases do processo de produção – a intelectual e a manual – não são hierarquizadas nem cindidas, na busca por uma forma de trabalho livre, voltado para a utilização do objeto produzido, não para sua venda como fim último.

Com este procedimento participativo desde o princípio do projeto, as famílias envolvidas têm outro grau de apropriação do espaço construído, sua relação com ele é orgânica e deriva dos seus desejos e possibilidades de trabalho e vida. Além disso, a experiência das assessorias

¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1977. p.155

² idem, p. 98.



A.C.M.P Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá
Fundada 29/09/1989 – Sede Provisória CNPJ: 09.393.462/0001-90
Av. João Castelo, nº765 Piquiá, Açailândia – MA

técnicas junto aos movimentos populares no processo de autogestão fez também se transformarem ideias já cristalizadas, de que a construção para fins sociais não tem necessidade de apuro estético ou experiências formais. Nos mutirões realizados pela Usina este aspecto sempre esteve presente, e o impacto causado por suas construções inseridas em periferias homogêneas intermináveis demonstra este diferencial.

- **Cite os aspectos inovadores da proposta.**

- Afirmação do direito a moradia de qualidade para todas as pessoas que serão reassentadas.
- Protagonismo da comunidade com respeito a definição e escolha das tipologias de casas e a reflexão e propostas de linhas-guias para o reassentamento.
- Definição e escolha de espaços físico no novo bairro para a memória coletiva das lutas e das conquistas conseguidas (será construído um Memorial que pode também alocar as diferentes exposições fotografias, que já estão circulando no Brasil e no exterior, documentando os momentos mais importantes da história da comunidade). O Memorial deveria se tornar o lugar símbolo das lutas e das conquistas não só dos moradores do Piquiá de Baixo, mas também símbolo de todas as comunidades que através da organização e da luta conseguem derrubar o poderio do sistema econômico opressor e racista.
- Empoderamento da comunidade quanto ao processo de construção e desenvolvimento de alianças estratégicas, nacionais e internacionais, conseguindo visibilidade das causas e das lutas dos moradores.

Quanto aos aspectos mais ligados ao processo urbanístico, destacamos:

- possibilidade de uso compartilhado dos lotes: a proposta urbanística experimenta um arranjo inovador entre os lotes, onde o modelo “fundo com fundo” é questionado por ser caro do ponto de vista da infraestrutura urbana, e desinteressante quanto às áreas comuns que cria. O resultado foi a determinação de lotes retangulares que estão encaixados em grupos de 7, formando a cada 4 grupos de 7 uma praça local. Este arranjo favorece o compartilhamento dos fundos dos lotes entre a vizinhança.
- criação de pequenas praças locais: o inovador arranjo entre lotes permite que o bairro conte com 22 pequenas praças espalhadas. Em radical oposição ao padrão urbano de Açailândia, carente de espaços públicos e de lazer de qualidade para os moradores, esta proposta cria praças de pequena escala, próximas às casas, locais seguros para o lazer das crianças e o estar contemplativo dos idosos.
- tratamento de esgoto por biodigestores: a inexistência de rede de tratamento de esgotos na cidade, a princípio um obstáculo à realização deste projeto, acabou por indicar uma interessante solução: o esgoto gerado nas casas será tratado localmente, de forma descentralizada, a cada agrupamento de lotes. A utilização da inovadora tecnologia do biodigestor, que não produz odores e tem grande potencial paisagístico, permitiu que as águas servidas fossem tratadas junto às áreas de lazer das praças locais. Trata-se de uma solução educativa, pois os moradores usufruirão cotidianamente um sistema simples e econômico que respeita os ciclos naturais e o meio ambiente.
- drenagem do solo por infiltração: outra solução que teve que ser encontrada devido a inexistência de redes de drenagem pluvial na cidade. No novo bairro, as águas pluviais, tanto das habitações quanto dos espaços públicos e leitos carroçáveis, estão planejadas para



A.C.M.P Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá
Fundada 29/09/1989 – Sede Provisória CNPJ: 09.393.462/0001-90
Av. João Castelo, nº765 Piquiá, Açailândia – MA

serem infiltradas dentro do próprio terreno, através da utilização de jardins de chuva e açudes. As grandes chuvas, que normalmente fazem grandes estragos nas cidades por todo o Brasil, aqui serão imediatamente inseridas num sistema planejado que conter grandes volumes e irrigar plantações.

- **Cite a participação dos moradores.**

A participação dos moradores neste projeto é parte essencial e antecedeu qualquer ação projetual: as famílias do Piquiá de Baixo são sujeitos ativos na luta por direito à moradia e na definição das características do novo bairro que habitarão. Ao longo dos últimos anos, pelos impactos da poluição, muitas famílias foram obrigadas a deixar o bairro. Mesmo assim, também elas participam ativamente das reuniões e decisões. A comunidade conseguiu também agregar ao redor de sua luta várias outras entidades da sociedade civil organizada, bem como a solidariedade internacional. Isso foi possível graças à participação ativa de moradores em eventos locais, nacionais e internacionais.

- **Descreva a relação da proposta:**

- a) com o manejo do meio ambiente;**

Conforme descrito no item relativo às inovações do projeto, esta proposta procura exercer baixo impacto no meio ambiente onde se insere. As águas servidas serão todas tratadas na própria comunidade, e as águas pluviais serão infiltradas no próprio terreno. Deve-se destacar também que compreende-se o processo participativo de projeto como fator que colabora com a inserção ambiental dos novos moradores na área; o sentimento de pertença e de conquista age positivamente na preservação das qualidades ambientais do sítio.

- b) com a igualdade de gênero**

A luta rumo ao reassentamento é protagonizada pelas mulheres: são as primeiras vítimas da poluição, sendo entregue a elas a missão do cuidado das casas, dos filhos e dos doentes. No processo de organização popular, estão sendo desde o princípio protagonistas na mobilização da comunidade e na organização de manifestações, posicionamentos públicos da comunidade e resistência.

Como já apresentado no item referente às atividades realizadas, a metodologia adotada a este respeito consiste em dois pontos: a evidenciação das diferenças de gênero e de suas necessidades específicas nos ambientes da casa; e a evidenciação das relações de poder estabelecidas entre elas e sua manifestação no arranjo do espaço.

O Projeto Técnico-Social do reassentamento prevê atividades de formação e artesanato para as mulheres, bem como capacitação de mulheres em atividades de acompanhamento de gestantes e crianças de zero a seis anos, conforme a metodologia da Pastoral da Criança.

A confirmação mais concreta do protagonismo das mulheres no processo de reassentamento está no fato que a primeira das estruturas comunitárias que será construída é exatamente o Clube das Mães.

COMPROMISSOS

Caso nossa proposta ganhe algum prêmio, comprometemo-nos a escolher quem participará do Fórum Social Urbano de Medellín, com os critérios indicados por IAI. Caso ganharmos



A.C.M.P Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá
Fundada 29/09/1989 – Sede Provisória CNPJ: 09.393.462/0001-90
Av. João Castelo, nº765 Piquiá, Açailândia – MA

algum prêmio em dinheiro, comprometemo-nos a empregar os fundos para a continuação do processo de reassentamento da comunidade de Piquiá de Baixo.

Aceitamos (e solicitamos) que nossas informações sejam publicadas e conhecidas pelo maior número de pessoas e entidades. Comprometemo-nos a organizar por nossa iniciativa um plano de comunicação sobre a experiência realizada e suas características inovadora, a fim de partilhar e possivelmente inspirar lutas e resistências parecidas.

Agradecemos a atenção e a oportunidade.

Piquiá de Baixo, 17 de Janeiro de 2014

Edvard Dantas Cardeal
Presidente da Associação Comunitária dos Moradores do Pequiá